

UM BALANÇO SÓCIO-HISTÓRICO DO DOCUMENTO A "ESCOLA PÚBLICA: A REVOLUÇÃO DE UMA GERAÇÃO", NO CEARÁ

Francisco Ari de Andrade

Flávio Muniz Chaves

João Batista de Andrade Filho

Introdução

O presente artigo apresenta um balanço sobre um episódio político ocorrido no início da década de 1990 na cidade de Fortaleza, que causaria impacto na educação cearense, nas décadas seguintes, quando o governador do estado do Ceará, Ciro Ferreira Gomes (1991 e 1994), lançou em praça pública o documento *Escola Pública: a Revolução de uma Geração*, trazendo no seu texto as principais diretrizes da gestão democrática da escola pública cearense, prenúncio dos novos tempos da política educacional brasileira, precedendo ao que viria ser assegurado anos mais tarde, pela Lei nº 9.394/96, em consonância com as orientações gerais do MEC, conforme acordos internacionais celebrados entre o Brasil e os demais países participantes da Conferência Mundial de Educação para Todos, na cidade de Jomtien - Tailândia.

Ao ser analisado o citado documento, não se desconsiderou as contradições do sistema educacional brasileiro e cearense, a partir da análise de indicadores educacionais, perquirindo e refletindo os avanços e retrocessos na década anterior. Tomado como prenúncio do novo tempo, o documento analisado estava dividido em três partes integradas entre si: I - DA URGÊNCIA DE UMA REVOLUÇÃO DA ESCOLA PÚBLICA; II - DOS CAMINHOS DA REVOLUÇÃO; III - DAS AÇÕES PRIORITÁRIAS. Admite-se que tal estudo seja oportuno para se entender melhor os percursos e os itinerários

PERGAMUM
BCCE/UFCE



das políticas educacionais nas últimas três décadas, embora a conclusão da análise aponte ter havido uma contradição entre a pretensão do documento, apresentado pelo governo, e a legislação do ensino na época.

O início da década de 1990 parecia anunciar uma nova fase no cenário político e educacional brasileiro. Não obstante, a vitória, por meio de eleições diretas de um novo presidente, depois de um longo período de eleições indiretas legitimado pelo regime ditatorial, aquecia o clima de expectativa da sociedade brasileira pela democracia, em que a retórica do crescimento econômico aliada ao desenvolvimento social, defendida pelos setores progressistas à frente da transição de regime político, devolvia à sociedade civil e aos setores econômicos a esperança perdida da década anterior. A agenda política de minimização do Estado brasileiro preparava o cenário para uma sociedade de mercado, levado pelo tsunami das economias centrais.

No tocante à educação básica, o desafio estampado no horizonte social exigia das políticas educacionais ações capazes de reverter o quadro que denunciava, aproximadamente, quatro milhões de crianças na faixa etária do ensino fundamental fora da sala de aula.

O cenário educacional: uma prévia apreciação sócio-histórica

Verificados alguns dados extraídos de um documento publicado na época, que trazia uma radiografia da educação brasileira, era possível enxergar o *blecaute* do modelo de ensino nacional sistematizado pela reforma de 1971 (Lei nº 5.692/71). Enxergava com nitidez ter havido um suposto fracasso escolar. A percepção de tal quadro levava a se refletir a disparidade da realidade escolar, contraditória na sua base.



O denunciado fracasso escolar, verificado a partir dos indicadores do final década de 1970, apontava uma taxa de evasão escolar, na passagem da década de 1980 para 1990, na casa de 24% das crianças na fase inicial dos estudos e de 20% nas séries terminais, do ensino de 1º grau. Tal contingente era vitimado pela chamada “mortalidade escolar”. Ainda, dos 29 milhões de alunos que haviam se matriculado no 1º grau, três milhões não conseguiram terminar o ano letivo e 5 milhões tinham sido reprovados. A “mortalidade escolar” tinha causado, portanto, oito milhões de baixa no sistema escolar público brasileiro e as grandes vítimas eram crianças pobres das periferias das grandes cidades e do meio rural.¹

Redefinir as políticas públicas, com programas efetivos voltados à correção das contradições educacionais, devia ser o primeiro ponto de pauta na agenda do Estado brasileiro, mesmo sob o argumento de ajuste fiscal e necessário controle da inflação pelo governo.

Sob a alegação de integração à economia de mercado, como meta de médio e longo prazo visando à abertura da economia aos investimentos estrangeiros, na medida em que a política de austeridade fiscal, sob controle dos gastos públicos, exigiria a minimização do Estado, culminando com a onda de privatizações de empresas do setor público nacional, depois seguido pelos estados e municípios, o Brasil era trago-
do pela onda gigante do neoliberalismo.

O debate acentuado na década de 1990 em defesa da escola pública de qualidade, mesmo que influenciado pelas variantes internacionais, de reorganização do capital e da economia, não podiam deixar em brancas nuvens de considerar as conquistas da sociedade civil organizada nas décadas de 1970 e 1980, no tocante à educação. Como destaca Saviani

¹ TODOS PELA EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO. Um desafio para dirigentes. Pacto pela infância. Brasília: UNICEF/CECIP/MEC, 1995.

(2008), em tais conquistas se agregavam a criação da Associação Nacional de Educação – ANDE, da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPED e o Centro de Estudos Educação e Sociedade – CEDES.

Após a promulgação da Constituição de 1988, conforme anuncia o Capítulo III, artigo 211, um novo horizonte político estava a raiar no Brasil. A democracia anunciava seus primeiros passos em direção ao Estado de direito, ao garantir o regime de colaboração entre União, Estados e Municípios. A distribuição de tais competências, a celebrar o regime de colaboração entre os entes federados, era o mecanismo constitucional que celebrava a universalização do ensino fundamental, sob a responsabilidade dos municípios e a gradativa oferta do ensino médio, sob a responsabilidade dos estados e do Distrito Federal.

Contudo, o que a Carta Magna reservava às conquistas educacionais era fruto das lutas sociais, resultantes das mobilizações e organizações sociais, desencadeadas no período histórico anterior. A organização e a luta dos educadores, dos profissionais de ensino, de entidades estudantis dentre outros segmentos sociais identificados com a luta em defesa da escola pública de qualidade, podia ser entendida à luz de duas forças distintas que se coadunavam numa só direção em acossar os poderes públicos em garantir aquilo que a Constituição democrática estava reservando como direito. Tal vetor bifurcava-se em duas grandes frentes: primeiro, a preocupação em refletir o papel social e político da escola pública aberta a todos os segmentos sociais; segundo, a luta sindical em defesa do salário real da categoria docente sinalizava um aspecto econômico-corporativo, culminado com algumas greves. (SAVIANI, 2008, p. 404)

A crítica feita por Saviani (2008), *apud* Gentili (2002), acerca do movimento em defesa da escola pública, que veio

a prevalecer na agenda do governo brasileiro, a partir da década de 1990, derivaria de uma lógica do capital que nutria interesse pela privatização do ensino.

A Conferência de Educação para Todos, o MEC e o Plano Decenal de Educação

Em atendimento a uma convocação internacional, o Brasil participaria da Conferência Mundial de Educação para Todos, promovida pelas agências de desenvolvimento bilaterais, UNESCO, PNUD e Banco Mundial, de 5 a 9 de março de 1990.

Sediada na cidade de Jomtien, Tailândia, o evento reuniu delegações de 155 países membros da ONU intitulados, no plano econômico, como emergentes. Durante a referida semana, os participantes se ativeram em discutir os problemas educacionais numa escala global, sendo expostos os indicadores educacionais de cada país, seus avanços e retrocessos em cada sistema. Dentro de uma perspectiva otimista, a vislumbrar o futuro, em defesa ideológica e política da sociedade de mercado, da democracia, da minimização do Estado e do aporte tecnológico, as comitivas congressistas saíram da conferência convencidas da missão de levar a educação de seus países na direção do futuro. O documento de referência assinado pelas delegações sinalizava e recomendava esforços públicos para o atendimento das Necessidades Básicas de Aprendizagem – NEBA das populações mais humildes que incluíam, dentre outras coisas, a instrução primária, incluindo a educação infantil e o ensino fundamental, a alfabetização de jovens e adultos, e o desenvolvimento de habilidades e competência, no âmbito da ação pedagógica escolar, para inserção dos adultos ao mundo do trabalho.²

² O que é Plano Nacional de Educação para Todos. Brasília: MEC, 1993, p.03.

A assinatura da Carta de Jomtien selava, entre os representantes brasileiros, o compromisso de uma década reverter os dados classificatórios do país no grupo dos nove piores do mundo em indicadores educacionais. A “baixa produtividade” do nosso sistema escolar denunciava a péssima qualidade da escola pública. Ficava prevista a elaboração do Plano Decenal de Educação para garantir o direito à escolarização das crianças, dos jovens e dos adultos, conforme as garantias do Capítulo III, da Constituição Federal de 1988.

A qualidade da escola pública passaria pela implantação de políticas educacionais, de financiamento, de programas e de estratégias pedagógicas que melhor definissem os novos rumos com as outras metas que garantissem o sucesso escolar, tendo em vista a inserção do país na sociedade do conhecimento e na sociedade democrática.

A crítica anunciada (FRIGOTO, 1995; GENTILE, 1995; SADER & GENTILE, 1995; RIDENTE, 1995 dentre outros) previa a inserção do Brasil na nova ordem mundial, intitulada de *neoliberalismo*, pois a partir daí passariam a responder pelos comandos de uma sociedade de mercado global, tendo o Estado mínimo como guardião deste novo modelo. A educação se concentraria para o fortalecimento da chamada Teoria do Capital Humano, mesmo que dentro de uma nova versão, por meio de um currículo escolar capaz de desenvolver habilidades e competências nos alunos visando, única e exclusivamente, a sociedade de mercado e de consumo.

Após o evento, o Ministério da Educação – MEC viria a propor a nação brasileira o Plano Decenal de Educação. Para a elaboração do referido documento, fora instituído um Comitê Consultivo e um Grupo Executivo composto por educadores nacionais em diálogo com os setores da sociedade civil organizados.

No período de 10 a 14 de maio de 1993, o MEC organizou a Semana Nacional de Educação para Todos, que contou,



também, com a presença dos representantes dos Conselhos das Secretarias Estaduais de Educação. A pauta norteadora dos grupos de estudos naquele evento consistia na discussão de questões e indicações de estratégias a serem utilizadas pelos governos estaduais na ocasião da montagem de políticas educacionais visando à melhoria da qualidade da escola pública, em atendimento à Carta de Jontiem e as diretrizes do MEC. No documento síntese, lido no plenário da referida conferência, destacavam-se a importância ao atendimento às seguintes urgências: profissionalização do magistério; qualidade do ensino fundamental; autonomia da gestão da escola pública; equidade social na aplicação dos recursos públicos; engajamento dos segmentos sociais representativos e avaliação/divulgação de resultados da educação (ANDRADE, 1999, p.91).

A cobrança por uma ação pública que garantisse a melhoria do sistema de ensino ecoava, também, dos segmentos das classes médias vinculados ao serviço público, principalmente, porque sofriam as pressões decorrentes da minimização do Estado, em nome da ordem neoliberal. Aqueles, assistindo à incompatibilidade entre o ganho real de salários, cada vez mais achatados, e o descontrole do governo para com a inflação, queixavam-se do desconforto financeiro ao manter os filhos matriculados nos complexos educacionais privados, mas acuados na falta de opção de matricular os filhos na rede pública de ensino.

Um olhar sobre a realidade do estado do Ceará, no início da década de 1990, dá para se imaginar a realidade dos demais entes federados, que deveriam, um pouco mais ou um pouco menos, se encontrar em situações semelhantes.

Dados sintetizados a partir da leitura de dois documentos oficiais do estado do Ceará davam conta de uma população estimada em mais de seis milhões de habitantes,

com metade da população em idade escolar. Os indicadores apontavam 43,36% da população sobreviver com até dois salários por mês. Com relação à atividade produtiva, 53,37% se encontrava em atividade de trabalho informal. O perfil social do grupo em ocupação ativa apontava 58,13% de trabalhadores na idade entre 20 a 39 anos. No tocante à matrícula escolar, somados os números da educação infantil com os do ensino fundamental, a estimativa era de dois milhões de alunos matriculados. A rede municipal estava responsável pelo atendimento de 46,8% da demanda escolar. O estado respondia pelo atendimento de 32,7%. O sistema federal respondia por, apenas, 0,2% da demanda. O setor privado respondia por 20,3% da demanda escolar. Como se observa, o sistema público (estado e município) se apresentava responsável pela cobertura escolar de quase 80% das matrículas. Eis um dado positivo que cobrava responsabilidade pública. De acordo ainda com tal estudo, a população escolarizável de zero a seis anos, 649.827 crianças, apenas 50% tinha acesso ao sistema regular de ensino. Com relação à população compreendida entre 7 e 14 anos, 1.400.834, apenas 946.040 frequentavam, regularmente, a sala de aula. Quanto à população de EJA, compreendida entre o intervalo entre 15 a 19 anos, num total de 703.731, apenas 86.559 estavam matriculados no sistema supletivo de ensino.³

O conjunto exposto de dados reforçava a noção do déficit escolar verificada no nosso estado, naquele período. A imprensa de Fortaleza, por meio de uma matéria veiculada num jornal de circulação regional, intitulada *Caos na Educação*, utilizando-se de um estudo desenvolvido pela Universidade Estadual do Ceará – UECE –, apontava a deficiência do nosso

³ Censo Demográfico do Ceará. Fortaleza, SEPLAN, 1991. RELATÓRIO. Educação, Ensino profissional e Mercado de trabalho no estado do Ceará. Fortaleza: Coordenadoria de Política Educacional da SEDUC. Dez/1995. (mimeo).

sistema público ao fazer uma comparação entre os índices de rendimento de alunos de ambos os sistemas, que haviam prestado vestibular naquele ano. O índice de reprovação dos egressos da escola pública, segundo o referido estudo ao qual o material se referia fora expressivo. Por isso, o jornal punha à tona a questão da evasão escolar como a falta de estímulo aos alunos da escola pública. Concluía chamando a atenção da sociedade para dois fatores tributários do fracasso escolar: o descompasso da rede escolar da cidade de Fortaleza em atender a demanda por matrículas, apenas, 245 escolas e 121 conveniadas, totalizando 2.453, para atender 50% da população em idade escolar; a maioria dos jovens se transferia do turno diurno/vespertino para o turno noturno na esperança de ingresso, precocemente, no mundo do trabalho.⁴

Compreende-se que tal informação aquecia o debate que vinha acontecendo no afã dos acontecimentos da Conferência Mundial de Jontien e do compromisso assumido pelo MEC, por via do Plano Decenal de Educação para Todos, pela melhoria da escola pública no Brasil. Se a imprensa da cidade de Fortaleza manifestava opinião sobre um fenômeno apontado pelo estudo da universidade cearense, embora não devesse ser tomado como único parâmetro para um estudo comparativo dos dois modelos de escolas era indicador da temperatura elevada que mobilizava os setores sociais organizados na luta pelo ensino e acoitava o governo na cobrança de ações afirmativas que garantissem o direito à educação pública com qualidade.

⁴ CAOS NA EDUCAÇÃO. Decadência do ensino se arrasta há anos mas só chamou a atenção com a reprovação no vestibular. Fortaleza, *Jornal O POVO*, Caderno A. 20.09.1992, p.22.

O documento "*Escola Pública: a Revolução de uma Geração*" e o discurso em defesa da escola pública no Ceará

Preâmbulo histórico

Foi precisamente nesse clima de euforia diante do debate nacional e internacional em defesa da educação com equidade, embasado nas orientações internacionais preservadas na Carta de Jomtien e nas diretrizes do MEC, que o governador do Ceará, *Ciro Gomes (1991-1993)*⁵, norteando-se pelas diretrizes gerais do MEC, tomava para seu governo como meta o compromisso político pela "ressuscitação" da escola pública.

O documento em defesa da educação *ESCOLA PÚBLICA: A REVOLUÇÃO DE UMA GERAÇÃO* fora apresentado à sociedade fortalezense, por meio de um discurso, supostamente demagógico, enunciado numa tarde de sol, do mês de maio, na presença de professores, alunos, pais, funcionários, líderes sindicais e comunitários, de secretários, políticos, delegados regionais de ensino, setores da imprensa, demais convidados e curiosos, da escadaria do Colégio Justiniano de Serpa⁶.

Ovacionado pelos presentes, sob aplausos, gritos e algumas vaias, o governador chegou a pedir calma e silêncio à turba eufórica, que se acotovelava defronte da comitiva ali presente, entoando a voz "Sou filho de professores, estudei

⁵ *Ciro Ferreira Gomes* iniciou sua trajetória política na cidade de Sobral-CE. Tornou-se uma das pilastras da base aliada do chamado "Governo das Mudanças" no Ceará, anunciado pela campanha do candidato *Tasso Jereissati* ao governo do Ceará, para o quadriênio 1986-1990. Candidato ao pleito de 1991, fora eleito para o ciclo do segundo governo "mudancista" no Ceará.

⁶ Localiza-se na Praça *Filgueira de Melo*, no início da Avenida *Santos Dumont*. A construção do prédio foi iniciada na década de 1920, sob os auspícios da Reforma de Instrução Pública de *Lourenço Filho* no Ceará (1922-1923). Na década de 1930, passou a sediar a Escola Normal do Ceará, antes se localizava na Praça *Marquês de Herval*, atual Praça *José de Alencar* (centro).



em colégio público, não vou deixar a escola pública na mão”, o governador anunciava sua agenda para a escola pública cearense, por meio de um discurso eloquente, culminando com a leitura do referido documento.

Na apreciação de um trecho retirado do discurso proferido pelo citado governo, registrado pela imprensa local, dá para se perceber o teor da sua preocupação em lançar ao grande público um programa de melhoria da educação pública.

No início da sua fala destacaria, com saudosismo, a importância que tivera a escola pública no passado, tanto as da capital, quanto as do interior, com destaque para aquela da sua cidade natal, quando tinham “a fama” de abrigar uma elite intelectual, composta por alunos e professores:

Houve um tempo em que a escola tinha uma boa imagem perante a sociedade. Quem já não ouviu referências elogiosas ao Liceu do Ceará e à Escola Normal de Fortaleza; ao Dom José Tupinambá, em Sobral; ao Moreira de Sousa em Juazeiro e tantos que no passado abrigaram a elite intelectual cearense?

Em seguida, acrescentaria que, com o passar dos anos, numa demonstração de chamar à atenção dos presentes sobre o descaso político daqueles que o antecederam, a expansão do ensino, mesmo que tenha sido uma conquista democrática da sociedade, não fora acompanhada de uma devida qualidade pedagógica da escola pública, fato que havia transformado em um ambiente “degradante”, arraigada por uma série de contradições:

Como o passar dos anos, o ensino se expandiu e amplos segmentos da população até então excluídos da escola puderam a ela ter acesso. A esse movimento de ampliação da escolaridade, entretanto, não corresponderam padrões de qualidade compatíveis com um ensino de massas. Ao contrário o que se observou foi um processo gradativo de

deterioração de suas condições de funcionamento: o saber que essa escola ministrava, o trabalho fragmentado, o professor desprestigiado, os salários dos profissionais da educação aviltados. Com a destruição progressiva de seus elementos fundamentais, o respeito que a sociedade de sua escola foi desaparecendo – embora viva na aparência, sua essência foi morrendo, transformando-se o processo de ensino-aprendizagem, não raro, em mero ritual que, na prática, veio a impedir que a escola assumisse seu papel como elemento de construção da cidadania. [...]

Por isso, “o que ela fora no passado não se representa mais no presente”. Assim, entoava o governador à multidão. Antes, o respeito e o prestígio social. Agora, o quadro traçado pelo governador sobre a escola pública era tétrico:

Na rede pública – esse espaço, em geral, triste, sujo e abandonado – está a maioria das crianças cearenses que conseguem ter acesso à escola, enquanto milhares permanecem sem oportunidades de frequentá-las. [...]

No entanto, se a escola pública havia no passado gozado seus melhores dias, assim o considerava, caberia agora ser dado início a um novo tempo para prover o novo perfil da escola pública a se orientar a partir das diretrizes que o MEC estabelecia, conforme as orientações internacionais, em busca da qualidade com equidade:

A educação pública teve melhores dias e que, a despeito de todas as dificuldades, ainda há escolas onde o compromisso com a qualidade permanece presente, aponta para a possibilidade de uma recuperação, de sua credibilidade. É possível reconstruí-la, devolvê-la ao povo que reivindica e tem direito a uma boa escola. [...]

Por isso, a presença dos segmentos sociais organizados naquele momento era sentido pelo governo como sinais de um novo tempo para escola pública no Ceará, pois a política

educacional seria focada na melhoria do atendimento escolar, definindo o rumo da educação para o período de seu governo:

No Ceará, entretanto, é possível observar mudanças nesse sentido, motivada pelo próprio despertar da sociedade para a necessidade de uma escola pública de qualidade, bem como por um resgate de caráter público de ação governamental.⁷

Os indicadores educacionais apresentados na Conferência de Jontiem que haviam classificado o Brasil entre os nove piores do mundo em educação escolar eram de conhecimento do governo. Prova disso, enfatizaria a necessidade de resgate da qualidade da escola pública. Reconhecia que os problemas enfrentados pela escola pública eram amplos e ao governo caberia enfrentá-los, por via de uma política educacional que devia “atender à ação escolar, como um todo”, sem, contudo, negligenciar uma definição melhor das prioridades nos programas de ação educacional.

Era urgente definir os rumos da educação no Ceará, como pressuposto para orientação das ações do poder público, na certeza de da reconstrução do ensino público como a devida qualidade que a população necessitava. Nessa perspectiva, três compromissos, naquele momento foram assumidos pelo governo: “oferecer uma escola pública de boa qualidade, valorizar os profissionais de educação e fazer a gestão do ensino em base gerencial moderna e democrática”.

Eis, nesse trecho da fala do governador, um elemento novo enfatizado para a escola pública, a sinalizar no horizonte pedagógico de um novo tempo, talvez sombrio, para a organização da escola, mas, ao mesmo tempo, a deixar no ar uma apreensão sobre a expectativa de porvir uma gestão escolar em base gerencial moderna.

⁷ *Jornal O POVO*. Caderno Cidade. Fortaleza, p.12A, 18.05.1991

A gestão democrática da escola pública devia ser considerada uma nova estratégia a privilegiar o processo de implantação da reforma educacional pretendida. A crença era o fortalecimento do ensino médio, por via da descentralização do processo escolar. Tal ação envolvia desde a gestão dos recursos financeiros e de material diretamente pelas unidades de ensino até a escolha do núcleo gestor da escola, por via do voto direto da comunidade docente, discentes e funcionários (NOGUEIRA, 2013, p.141).

Após seu discurso, fez a leitura pausada e explicativa, aos presentes, que ora aplaudiam, ora gritavam, de uma versão impressa do documento *Escola Pública: a Revolução de uma Geração*, sinalizado como metas e rumos para o novo modelo de educação anunciado.

Análise do documento “*Escola Pública: a Revolução de uma Geração*”

O documento vinha assinado pelo governador Ciro Gomes e pela Secretária de Educação, professora Maria Luiza Chaves⁸. O texto se dividia em três partes, assim denominadas:

I – DA URGÊNCIA DE UMA REVOLUÇÃO DA ESCOLA PÚBLICA

II – DOS CAMINHOS DA REVOLUÇÃO

III – DAS AÇÕES PRIORITÁRIAS

A primeira parte do texto, a exemplo do que havia sido destacado no seu discurso de lançamento do referido documento em praça pública, inicia traçando algumas linhas acerca da época em que a escola pública havia abrigado uma determinada “elite intelectual”. Na continuidade, puxava uma

⁸ Na época, professora da Faculdade de Educação da UFC fora convidada a compor o quadro de secretários do governo Ciro Gomes. À frente da pasta da Educação sua gestão se deu no interstício de 1991 a 1994.



reflexão sobre o descompasso entre a massificação do ensino e a ausência de qualidade da escola, porque se encontrava numa situação desoladora. Sem desdobrar em análise sobre as causas de tal contradição, mas considerando suas raízes históricas, a consciência de que a escola fora um dia abrigo das elites despertava a crença de ser possível uma mudança do referido quadro, desde que o poder público tomasse para si tal responsabilidade, que nada mais seria do que o atendimento às reivindicações sociais.

A política educacional devia ser focada no atendimento a tais reivindicações, em que o governo garantisse a devolução da escola para o povo. Deviam os esforços públicos não se desviar da direção da centralização de ações capazes de garantir o direito a uma “boa escola”. (p.3)

Na segunda parte, estavam listados seis tópicos a demarcar as fronteiras por onde percorreriam os esforços que o governo cearense tencionava traçar um plano para resgatar o suposto valor social perdido da escola pública, conforme registrado no documento. O tópico um era a opção pelo ensino público. Reconhecia o governo que a grande maioria da população em idade escolar no Ceará tinha, em nível imediato, potencialmente a escola pública. O texto reforçava o compromisso do poder público em garantir as metas para dar celeridade ao processo de ingresso e permanência de crianças e jovens ao ambiente escolar. Ao mesmo tempo reconhecia caberia prover os elementos fundamentais para a garantia do que previa a Constituição federal, em regime de colaboração entre os entes federados. Chamava a atenção sobre a necessidade de colaboração dos sujeitos envolvidos ao processo educacional, tanto da comunidade escolar no acompanhamento da ação pedagógica e didática da escola, quanto da sociedade civil na fiscalização dos recursos públicos. No segundo tópico destacava a importância da escola pública “crescer

PERGAMUM
BCCE/UFC

com qualidade”. Verificava ênfase na palavra “qualidade” bem destacada no debate educacional.⁹ O tópico apontava o ensino fundamental distante da universalização. Era urgente que os esforços públicos pretendidos fossem capaz de empreender a expansão da rede de ensino de 1º grau, sob o signo da “qualidade” e da “racionalidade” da oferta de vagas. Por meio de tal ação, demonstrava ser possível a correção da evasão, de reprovação e de repetência. A suposta reordenação do sistema educacional passaria pela recuperação do papel da escola pública, a começar pela capacitação dos professores. O mais importante era garantir o fluxo no sistema escolar. Aos aprovados na 1ª série, matriculado na 2ª; da 4ª para a 5ª. Aos egressos do 1º grau, matriculados no 2º grau. Eis onde residiria o problema educacional que afetava o andamento do fluxo de ensino no Brasil. No terceiro tópico, prevalecia o esboço do que devia ser o novo modelo de gestão da escola pública. Estava sinalizada a descentralização por meio da gestão colegiada da escola. Devia tudo partir da escola. Do município para a região e daí para o estado. Assim devia funcionar o novo modelo de gestão do sistema educacional. Reconhecia o governo, a oferta dos serviços educacionais, nas últimas décadas, ter gerado uma “hipertrofia das estruturas burocráticas e técnicas” do estado. Tal fato contribuiria para alimentar uma rede composta por organismos centrais, transformados, ao longo dos anos, em poder decisório, anulando a capacidade da escola na tomada de decisões, neutralizando a autonomia

⁹ Cf. SILVA, Tomas Tadeu da. *O neoliberalismo, qualidade total e educação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995. A palavra “Qualidade Total”, tomada por empréstimo do modelo de gerenciamento japonês, aliada às matrizes da globalização e do neoliberalismo, na nova ordem econômica, começava a ganhar força dentro do discurso e debate educacional. Porém, a crítica que o autor fazia era não reduzir o termo a um mero aparato da administração. Era importante a criticidade do indivíduo dentro de tal processo. Inadmissível, segundo ele, pensar a “qualidade da escola” sem professor formal e politicamente adequado para o exercício profissional, sem uma adequada remuneração.

administrativa e financeira de seus diretores e professores. Devido ao contexto histórico anterior, caracterizado político e ideologicamente como regime de exclusão, a sociedade era impedida de acompanhar democraticamente os instrumentos de controle da gestão da escola. A conquista da autonomia política e pedagógica da nova gestão da escola devia ser estimulada e credenciada pelo novo governo, legitimamente eleito pelo sufrágio universal. Para tanto, caberiam aos governos estaduais e à sociedade organizada se portarem atentos no acompanhamento do processo educacional democrático, mediante a avaliação sistemática de tudo o que fosse desenvolvido no âmbito das unidades de ensino. No quarto tópico, vinha a convicção de devolver a dignidade ao trabalho docente. A não observância a tal fator seria um impedimento ao caminho da “revolução” no ensino. Nenhuma revolução na educação devia ser anunciada sem a devida atenção a valorização do trabalho dos profissionais do ensino. Anunciava a necessidade de uma agenda clara de capacitação docente, bem como a recuperação do poder salarial dos professores. Previa, ainda, a necessidade do concurso público, para aqueles profissionais com a devida formação para o magistério, a suprir as lacunas existentes no sistema educacional. No quinto tópico, enfatizava a construção da cidadania pela garantia do direito de matrícula da criança em idade escolar. A prioridade à infância estava reservada na agenda educacional do governo. A ênfase devia ser as classes de alfabetização e as séries iniciais do ensino fundamental. No entanto, se o foco era tal nível de ensino, as demais modalidades não seriam negligenciadas pelo governo, pois estava assegurada a promessa da destinação de verbas para a manutenção do sistema de ensino como todo. No sexto, o convite em somar esforços na ação educativa. Pedia o documento para a tarefa do governo não ser fragmentada com a ausência das demais instituições

de ensino do estado. Acreditava o governo ser possível uma articulação com os demais setores, para somar forças. Para isso, era significativa a participação das instituições públicas de ensino superior, colaborando, principalmente na formação dos professores. (p.5)

No preâmbulo da terceira parte do referido documento, intitulado **DAS AÇÕES PRIORITÁRIAS**, estavam anunciados os três desafios fundamentais assumidos pelo governo na pretendida tarefa “revolucionária” na educação.

No primeiro tópico desafio **Escola pública de boa qualidade** estavam elencadas 11 etapas a serem vencidas pela reforma. Uma síntese de tais tópicos pode ser assim descritas: Regularização do fluxo, articulando pré-escola e séries iniciais; aumento da jornada escolar para cinco horas por turno; expansão das vagas no 2º grau; ampliação da oferta de 5ª a 8ª série; expansão da EJA; atendimento educacional; transformação das 22 escolas de 2º grau em centro de referência; recuperação das escolas precárias; implantação das bibliotecas nas escolas; garantia do livro didático; revisão da proposta curricular de 1º e 2º grau.

Uma reflexão sobre os desafios a serem vencidos na concretização daquela pretendida reforma, mesmo que a pesquisa não contemple a avaliação dos resultados do que fora anunciado pelo governo, uma década à frente, dá para se deduzir a matiz “utópico” da aquarela opaca que retratava a realidade das escolas públicas, nos primeiros anos da década de 1990.

Na continuidade da análise do documento, o tópico segundo da referida etapa, intitulado **Valorização dos Profissionais de Ensino**, apresentava seis pontos a serem vencidos no decorrer do processo. A começar pela criação de um sistema permanente de capacitação, em articulação com as universidades locais, dos profissionais do ensino; realização

do censo de magistério; apoiar os municípios na capacitação dos professores leigos; recuperação progressiva do poder salarial docente; definição de concurso público para o magistério; reformulação do Estatuto do Magistério.

Pelo visto, a maioria destas etapas previstas foi sendo executada ao longo da década de 1990, mas sob a égide da participação do governo federal, Pós- LDBEN (Lei 9.394/96) e pós Lei do FUNDEF oLei 9.424/96), principalmente com relação ao piso nacional e a capacitação do professores leigos, com a participação da IES locais, por meio dos programas de formação em Pedagogia, chamados “licenciaturas breves”. No entanto, desta lista duas ações merecem ser destacadas nesse contexto. O concurso para o magistério, visando suprir as demandas para o 1º e 2º grau, ocorrido em 1992 e a aprovação do Plano de Carreira do Magistério Oficial do Estado (Lei 12.066, de 13.01.93).

No tópico sobre **Gestão do Sistema de Ensino** cabe destacar as bases da descentralização da gestão escolar, nutridas por orientações “modernas” de orientações democráticas. Incluía a transformação do processo gerencial da escola, por meio de mecanismos políticos que garantissem autonomia administrativa das escolas e instrumentos de avaliação do processo escolar. Ficava assegurada a criação de Conselhos/ Colegiados para melhor administrar a participação docente, discentes e comunidade na gestão e fiscalização das atividades escolares.

No último tópico, Ações de Racionalização, o governo anunciava a integração de informação entre os sistemas estaduais e municipais de educação, para facilitar o planejamento integrado da rede escolar. Com uso da tecnologia em evidência, pretendia o governo criar uma base de dados com as principais informações que garantissem a eficiência da gestão pública no atendimento à demanda escolar. Reforça

com isso a necessidade de eficiência da gestão das instituições públicas, mas prevendo a revisão da política de convênio existente com os setores da rede particular de ensino.

Concluía o documento, ser aquele conjunto de ações previsto possível de ser executado e para isso o governo transformaria cada ação daquela em projeto específico a ser executado no Plano Plurianual de Educação, que se encontrava em fase de elaboração. Um instrumento de metas e ações viáveis para execução das medidas urgentes para a educação pública (p.7).

Historicamente, em nível de debate e de programa de governo, há um reconhecimento acadêmico de o estado do Ceará haver se antecipado ao seu tempo naquilo que anos à frente a LDBEN vai tornar possível: a descentralização do sistema de ensino e a gestão colegiada da escola pública. Entretanto, mesmo que tal episódio consagre tal estado no topo do ranking dentre os demais na recente história da educação brasileira, tomados os indicadores educacionais da década de 1990, ocasião em que se consagra o ciclo dos “governos mudancistas” no Ceará, e o debate empreendido pelos profissionais de ensino em torno da organização da classe – APEOC são suficientes para demonstrar um sentido muito mais demagógico por parte do governo Ciro Gomes, em não considerar as contradições da realidade educacional cearense no momento do anúncio de um plano de medidas educacionais, fato que merecia um debate muito amplo, sabendo-se que legislação nacional de ensino Lei nº 5.692/71, que será revogada apenas em dezembro de 1996, com a publicação da nossa segunda LBD (Lei nº 9.394/96), era impedido para o avanço democrático da gestão e organização da escola pública.

Por que o Ceará? Eis o ponto de partida da análise elaborada por Zibas (2008). O chamado “governo das mudanças”, que se legitimaria por mais de duas décadas, numa sequên-



cia de alternância de poder entre Tasso Jereissati (1986 -1990) – Ciro Gomes (1991-1994) – Tasso Jereissati (1994-1998), nutria-se, ideologicamente, pela lógica do mercado presente nos documentos expedidos pelo Banco Mundial, a orientar os governos dos países emergentes, signatários da Conferência de Jomtien, mas também pelas diretrizes do MEC, conforme os preceitos constitucionais. Pelo fato deste novo ciclo do governo cearense ter sido eleito sob o lema da “mudança”, por ser representante do pensamento burguês expresso pelo segmento dos empresários urbanos locais, conforme constata a autora, as incursões da política “mudancista”, no delineamento da chamada “nova administração pública”, que respingaria na organização da escola, associava-se à racionalidade econômica que orientava a administração das empresas privadas, como um discurso de abrangência da nova ordem internacional (ZIBAS, 2008, p. 460).

Considerações finais

O desafio da democratização da escola pública era a superação histórica da “dualidade pedagógica” do modelo do sistema educacional brasileiro, que tivera sua origem no Império, demarcado numa sociedade de acentuada desigualdade, conforme apontara Fernando de Azevedo *apud* Saviani (2008).

O debate educacional arrastado por décadas encurrulava o governo dois grandes novos desafios: a universalização do ensino fundamental e a ampliação da oferta e da organização da estrutura curricular de formação científica, sócio-histórica e tecnológica para o ensino médio (KUENZER, 2002, p.34).

A democratização do ensino médio, por exemplo, não passaria apenas pela ampliação do número de matrículas. Exigiria do ponto de vista da infraestrutura física novos prédios escolares, ambientados e adequados, com bibliotecas,

laboratórios e equipamentos. Do ponto de vista de recursos humanos, professores capacitados e habilitados a ingressar no serviço público por via de concursos, conforme a formação adequada à área de ensino (KUENZER, 2002, p.35).

O governo do Ceará, a exemplo de outros da federação, que no contexto da década de 1990, estavam intimados em criar mecanismos de mobilização educacional, para atender às necessidades básicas de aprendizagem da população, traçadas pelo MEC, ao lançar aquele manifesto de reformulação da escola pública não contaria com uma legislação regulamentar, favorável à escola de 1º e 2º grau. O dispositivo legal que orientava a organização do nosso sistema escolar brasileiro ainda era a Lei nº 5.692/71, aprovada sob os auspícios da reforma de ensino da década de 1970, no afã do regime de exclusão política instituído pelo Ato Institucional nº 5 (baixado em 13 de dezembro de 1968), nos “anos de chumbo” do regime militar (1964-1985) e, ainda em conformidade com a Lei Federal nº 7.044/82 que alterava os artigos 1º, 4º, 5º, 6º, 8º, 12, 16, 22, 30 e 76 da Lei nº 5.692/71, desobrigando a profissionalização do ensino de 2º grau.

Não obstante, por mais que ações prioritárias contidas naquele documento da política educacional deixassem claro o esforço do governo em definir o novo perfil da escola pública, mesmo que a Constituição Federal de 1988 trouxesse no Capítulo III, Da educação e da Cultura e do Desporto, Seção I – Da Educação, parágrafos 205 a 213, o amparo legal que possibilitaria aquela nova pretensão de organização escolar, tendo em vista a sociedade democrática, esbarraria na ausência de uma legislação que regulamentasse tal norma constitucional, no caso de leis voltadas para a organização do ensino e para o financiamento dos recursos públicos destinados no texto constitucional à educação.

A tramitação do PL do ensino nacional que se iniciaria na Câmara dos Deputados em dezembro de 1988, logo após a



promulgação da Constituição democrática de 1988, percorreria por um longo percurso de quase uma década, entre idas e vindas, cortes e substituições, debates e acirramentos ideológicos, numa demonstração dos interesses privados acima dos interesses nacionais.

Até a proposta do Senador Darcy Ribeiro (1922-1997), a contragosto dos setores organizados que vinham debatendo o PL do deputado Jorge Hage, ser aprovada pelo Congresso Nacional, em dezembro de 1996, o currículo da escola de 1º e 2º grau permaneceria inalterado.

A iniciativa de organização da escola no Ceará, que necessitava de uma nova orientação curricular, ficaria estacionada à espera de leis do ensino que regulamentassem as normas constitucionais.

No que se referia à organização ensino, em nada podia ser alterada. A questão A “grade curricular” do ensino de 1º e 2º grau ainda se orientava pela Lei nº 5.692/71. Se aquele documento do governo cearense anunciava uma nova fase para a escola pública no Ceará, paradoxalmente, faltava uma lei regulamentar que garantisse uma nova matriz curricular e legitimasse o nono modelo de gestão colegiada de escola pretendida para atender o novo perfil de educação pública almejado.

Referências

ALARCÃO, Isabel. Contribuição da didática para a formação de professores. In: PIMENTA, Selma G. *Didática e formação de professores: percurso e perspectivas no Brasil e em Portugal*. São Paulo: Cortez, 2008.

ANDRADE, Francisco Ari de. *Bancário na via da cooperação: a luta pela educação básica em Fortaleza*. 1999. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1999.

_____. DIÓGENES, Elione M. N. *Das cadeiras avulsas à "Educação Para Todos": caminhos do ensino secundário brasileiro*. Curitiba: CRV, 2013.

CARNEIRO, Moaci Alves. *O nó do ensino médio*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

CORAGGIO, José Luis. *Desenvolvimento humano e educação: o papel das ONG's Latino-americanas na educação para todos*. São Paulo: Cortez, 1996.

CEARÁ. *Escola pública: a revolução de uma geração*. Fortaleza: SEDUC, s.d.

CUNHA, Luis Antonio. *Educação e desenvolvimento social no Brasil*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1978.

CHARLOT, Bernard. *Da relação com o saber às práticas educativas*. São Paulo: Cortez, 2013.

_____. O professor na sociedade contemporânea: um trabalhador da contradição. *Revista da FAEBA - Educação Contemporânea*, Salvador, v. 17, n. 30, p 17-31, 2008

_____. Educação e Globalização: uma tentativa de colocar ordem no debate. *Revista de Ciências da Educação*, Lisboa, Sisifo, n. 4, p.129-136, 2007.

_____. *A pesquisa educacional entre conhecimentos, políticas e práticas: especificidades e desafios de uma área de saber*. Revista Brasileira de Educação, v.11, n. 31, pp.7-18, 2006.

DURKHEIM, E. *Educação e sociologia*. Lisboa: Edições 70, 2001.

FRIGOTTO, G; CIAVATTA, M; RAMOS, M. (Orgs.). 2. ed. *Ensino Médio Integrado. Concepção e contradições*. São Paulo: Cortez, 2010.

GOULART, O.M.T et al. (Orgs.). *O desafio da universalização do Ensino Médio*. Brasília: INEP, 2006.

HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. *O aparecimento da escola moderna. Uma história ilustrada*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

KUENZER, A. Z. (Org.). *Ensino Médio. Construindo uma proposta para os que vivem do trabalho*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. A formação de professores para o ensino médio: velhos problemas, novos desafios. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 32, n. 116, p. 667-688, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v32n116/a04v32n116.pdf>. Acesso em > 17 dez. 2013.

MARCÍLIO, Maria Luiza. *História da escola em São Paulo e no Brasil*. São Paulo: Imprensa Oficial de SP; Inst. Fernand Braudel, 2005.

DIÓGENES, E.M.N. *Ensino médio no Brasil. Consensos e dissensos. Um estudo de avaliação das políticas públicas no campo da educação brasileira*. Curitiba: Ed CRV, 2013.

NÓVOA, Antonio. (Org.). *O passado e o presente dos professores*. In: *Profissão professor*. (Org.). Porto, Pt: Ed. Porto, 1999

_____. *Os professores e a sua formação*. Lisboa: D. Quixote, 1992.

RIVIERO, Cléia M.L. O cenário educacional: o professor e sua prática docente diante das mudanças atuais. In: _____ e GALLO, Sílvio (Orgs). *A formação de professores na sociedade do conhecimento*. Bauru, SP: Edusc, 2004.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da educação no Brasil. (1930-1973)*. 22. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

SACRISTÁN, J. Gimeno. Consciência e acção sobre a prática como libertação profissional dos professores. In: NÓVOA, Antonio (Org.) *Profissão professor*. Porto: Ed. Porto, 1999. p. 63-96.

SAVIANI, Dermeval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. Campinas, SP: Autores associados, 2009.

SOUSA, Rosa Fátima de. *História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX. (Ensino primário e secundário no Brasil)*. São Paulo: Cortez, 2008.

SUZIGON, W. Estado e industrialização no Brasil. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 8, n. 4, out./dez., 1988.

TARDIF, M.; LESSARD, C. *O trabalho docente. Elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas*. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

TOMASI, Livia de et al. (Orgs.). *O Banco Mundial e as políticas educacionais*. São Paulo: Cortez/Ação Educativa, 1996.

ZIBAS, Dagmar M. Desdobramentos da associação “público-privado” na administração do ensino técnico no Ceará. *Cadernos de Pesquisa*, v. 38, n. 134, p. 359-478, maio/ago., 2008.

